

Idéia agrada a credores, mas provoca muitas controvérsias

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Até o fim deste ano, as Filipinas converterão de 300 a 400 milhões de dólares de sua dívida externa em investimentos estrangeiros, o México converterá entre 1,5 e 2 bilhões de dólares e, se o Chile alcançar sua meta, poderá atingir também os 2 bilhões de dólares.

As conversões da dívida em investimentos transformaram-se nos últimos anos não só num dos instrumentos mais finânicos e flexíveis para aliviar a crise da dívida externa, mas também num dos mais sujeitos a controvérsias. Segundo alguns banqueiros, como James Robinson, presidente do American Express, "elas são a única mágica capaz de minorar uma das piores dores de cabeça da história das finanças internacionais, de forma relativamente indolor".

John Reed, o presidente do Citibank, o maior credor estrangeiro do Brasil, diz que gostaria de converter uma parte substancial dos empréstimos que seu banco deu ao país em ações das bolsas de São Paulo e do Rio. Mas alguns políticos nacionalistas acham que essa é a forma certa de estrangeiros assumirem o controle das empresas mais produtivas e lucrativas do Terceiro Mundo. "Depois de extraírem o sangue de nosso povo na forma de juros, agora eles querem comprar tudo o que temos de precioso por preço de cocô podre", diz o socialista filipino Henrique Salonga. Diante dessas posições divergentes, o secretário do Tesouro americano, James Baker, comentou prudentemente dias atrás que "as conversões nem são elixir mágico para salvar os bancos, nem o veneno para as economias dos países devedores: são ape-

nas um prato a mais num menu diversificado, do qual cada país pode escolher o que quiser, de acordo com suas conveniências e necessidades".

Variações — Há conversões de todos os tipos. Na semana passada, por exemplo, a Bolívia converteu parte de sua dívida em "ar, mato, bichos e passarinhos" — a troca do perdão de 650 mil dólares da dívida externa que haviam sido adquiridos pela organização de defesa do meio ambiente Conservation International. O governo boliviano comprometeu-se em proteger 2 milhões 870 mil 561 acres de uma reserva florestal na província de Beni da devastação. Foi o primeiro exemplo de grupos de países credores estimularem com dinheiro a preservação da floresta tropical que funciona como pulmão, limpando o ar de todo o planeta.

Também na semana passada, o governo do presidente Alan Garcia, do Peru, finalizou as negociações de um acordo de conversão da dívida em exportações. Segundo o contrato, o First Interstate Bank of California formou uma empresa que venderá produtos peruanos de exportação no exterior usando parte da receita para cancelar 40 milhões de dólares de um total de 100 milhões de dólares que emprestou àquele país. A trading recém-formada venderá especialmente produtos agrícolas e de pesca que até agora não fazem parte da pauta de exportações do país.

Grande parte das operações de conversão refere-se ao principal da dívida. Mas também há conversão de juros. É o que ocorre, por exemplo, quando juros da dívida pagos em cruzados e retidos no Banco Central são usados para comprar ações, para abrir ou expandir empresas que funcionam no país. Sempre que isso

acontece, há uma capitalização de juros. Isso é uma forma muito conveniente de conversão, na medida em que os juros da dívida externa permanecem no Brasil e geram atividades econômicas. Quando era ministro da Fazenda, Dilson Funaro disse que "a única conversão que interessa muito para nós é a de juros".

Segundo os promotores da conversão, todos os lados podem se beneficiar. Para os bancos estrangeiros que querem diminuir o volume de seus recursos empastados nos países latino-americanos, as conversões são uma alternativa atraente, embora um pouco dolorosa. Se quiserem fazer swaps de empréstimos dados à Colômbia, perdem no máximo 5%. No caso da Bolívia, perderão cerca de 85%. Antes da moratória, empréstimos dados ao Brasil podiam ser convertidos com um desconto de apenas 15%. Mas desde a suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa, os papéis da dívida brasileira perderam de 40% a 45% de seu valor. "Quem quer comprar dívida que não rende juros?", explica Carlos González, do Libra Bank, de Londres.

Sempre que se fala em formas de aliviar a carga da dívida externa, latino-americanos insinuam que seus credores deveriam descontar a dívida na proporção do que ela vale nos mercados secundários dos mercados de capital. Se esse desconto fosse aplicado aos 68 bilhões de dólares da dívida brasileira aos bancos privados estrangeiros, o país deixaria de pagar 27 bilhões de dólares. Mas na maior parte das conversões até agora realizadas pelos países que promovem essas operações o desconto tem sido mínimo. O México, por exemplo, só tem conseguido uma média de 8% de desconto. O resto fica com os investidores e intermediários.